

A LUTA DAS MULHERES NA CLASSE

OPERÁRIA DURANTE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR

Tayara Lemos¹
Renan Quinalha²

Resumo: A história da classe operária em luta por seus direitos durante a ditadura empresarial-militar (1964 – 1988) no Brasil é predominantemente contada nas narrativas oficiais por uma perspectiva masculina supostamente agenerificada, convertendo-se em universal uma história dos homens. Nos anos mais recentes, contudo, a história das mulheres operárias tem sido contada e construída por algumas autoras e, seguindo essa via, o presente artigo tem como objetivo explicar os fatores específicos de mobilização de mulheres operárias durante a ditadura. Tomando por base a interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença de classe e de gênero, bem como a teoria do reconhecimento e, a partir de Judith Butler, com sua proposta de uma política de alianças, buscar-se-á compreender a cidadania feminina como manifestação de uma resistência insurgente no que se refere aos padrões da própria resistência operária à ditadura.

Palavras-chave: ditadura militar; classe operária; feminismo; mulheres; reconhecimento.

Abstract: The story of the working class fighting for their rights during the business-military dictatorship (1964 – 1988) in Brazil is predominantly told in official narratives from a supposedly agender male perspective, converting into universal a men's story. In more recent years, however, the story of working women has been told and constructed by some female authors and, following this path, this article aims to explain the specific factors of the working-class women mobilization during dictatorship. Based on the intersectionality of class and gender differences social markers, as well as the theory of recognition and, as of Judith Butler, with her policy of alliances proposal, it will be sought to comprehend the female citizenship as a manifestation of an insurgent resistance in what refers to the standards of the very worker resistance to dictatorship.

Keywords: military dictatorship; working class; feminism; women; recognition.

¹ Doutora em Direito, pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2017), Mestre em Direito, pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2012), Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Franca (2006), especialista em Direito Público (pós graduação lato sensu em Direito Público - Universidade de Franca-2007). Fez residência pós-doutoral em Direito, na UFMG (2018). É professora adjunta no Curso de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares, onde atua nas disciplinas de Direito Constitucional, Direitos Humanos, além de disciplinas vinculadas a teorias da democracia. Foi pesquisadora voluntária da COVEMG - Comissão da Verdade em Minas Gerais. Coordena o Programa de Extensão "Centro de Referência em Direitos Humanos da UFJF-GV", é co-líder do Grupo de Pesquisa "Politeia: cultura política, teoria e identidade constitucional". Atualmente investiga, em pós-doutorado no Curso de Direito da UNIFESP, o projeto de pesquisa "O mito do 'milagre econômico' e os anos de chumbo: repressão, tortura e atuação de empresas na ditadura empresarial-militar".

² Professor de Direito da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Coordenador Adjunto do NúcleoTrans da Unifesp (2021 - 2023). Doutor em Relação Internacionais na Universidade de São Paulo (IRI - USP). Mestre em Teoria Geral e Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Graduado em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (FDUSP). Membro do Conselho do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/Unifesp) e do Conselho Consultivo da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Advogado inscrito na OAB/SP. Presidente do Conselho de Administração do Núcleo de Preservação da Memória Política.

1. Introdução

A história da classe operária na ditadura empresarial-militar (1964-1985)³ ocupa boa parte dos estudos sobre esse período autoritário no Brasil. Alguns, seguindo pela via das etnografias, descrevem os comportamentos de determinadas categorias de trabalhadores e de trabalhadoras – sindicalizados, sindicalizadas ou não –, sua cultura e as formas de sua constituição. Outros, por sua vez, investigam os movimentos sindicais e o sindicalismo no Brasil naquele contexto e há ainda quem o faça através dos trabalhos sobre movimentos grevistas.⁴

Esses, de fato, parecem caminhos seguros para analisar a atuação da classe operária naquelas circunstâncias. Isso porque, enquanto o governo manipulava índices, promovia o arrocho salarial e anunciava seus planos econômicos, com o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) e com o seu “milagre econômico” ou “milagre brasileiro”⁵, operárias e operários viviam anos de profunda escassez e carestia; mas não sem luta.

Entretanto, sistematicamente, essa luta narrada nas pesquisas existentes é predominantemente masculina ou não assumem o viés de sexo e gênero que inevitavelmente carregam, com importantes e raras exceções. Michelle Perrot, relativamente ao contexto operário na França, já advertia sobre o ocultamento e o anonimato comuns decorrentes desse suposto masculino universal e questionava se seria

³ Relativamente ao termo utilizado para se referir à ditadura ocorrida entre 1964 e 1985 (fim dos regimes militares, ou 1988, quando foi promulgada uma nova Constituição), alguns autores valem-se do termo ditadura civil-militar, outros destinam a ela a nomenclatura empresarial-militar e, grande parte, apenas ditadura militar. Embora concordemos com a maior parte dessas escolhas teóricas, neste texto, chamaremos de ditadura empresarial-militar, porque nos utilizaremos da ferramenta metodológica proposta por René Armand Dreifuss. Por meio dessa chave teórica, privilegiaremos a dimensão do poder econômico dando sustentação e legitimando a repressão política da ditadura.

⁴ Sobre esse assunto, ver: BUONICORE, Augusto. *O 1968 operário: As greves de Contagem e Osasco*. Grabois, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4439815/mod_resource/content/1/BUONICORE%2C%20Augusto.%20O%201968%20oper%C3%A1rio%20As%20greves%20de%20Contagem%20e%20Osasco.pdf. Acesso em 1 de dez. 2022. DA SILVA, Fernando Teixeira. *Trabalhadores no Tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964*. São Paulo: Alameda, 2019. DELLAMORE Batista Scarpelli, Carolina. *Forjando lideranças: comportamentos políticos e atuação no sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem durante a ditadura militar (1964-1985)*. Belo Horizonte: Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, 2019. SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos para o Capital: acidentes de trabalho, precarionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964- 1985)*. Jundiá: Paco, 2019. NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e Cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis: Vozes, 1994.

⁵ Esses termos serão utilizados neste texto sempre entre aspas, pois acreditamos que a expressão laudatória para se referir ao período de 1968 a 1973 não condiz com a forma com que a economia efetivamente cresceu. O desenvolvimento industrial e econômico do Brasil, durante toda a ditadura, deu-se às custas dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores, o que será mais desenvolvido adiante.

possível contar a história das mulheres – ou ainda se “têm as mulheres uma história?” –, tarefa à qual ela mesma se dedicou (PERROT, 2007; PERROT, 2006, p. 187). Outra autora a propor o gênero enquanto categoria útil de análise histórica com o objetivo de visibilizar o papel das mulheres na historiografia é Joan Scott, com seu clássico texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica?”⁶.

No Brasil, relativamente ao período da ditadura, embora existam pesquisas sobre os movimentos de mulheres,⁷ sobre as políticas sexuais repressivas direcionadas a pessoas LGBTI+, bem como a respeito da resistência desses segmentos enquanto movimentos feminista e LGBTI+⁸, no que se refere à classe trabalhadora sendo atravessada por essas questões, a investigação ainda é escassa. O conservadorismo predominava e posturas LGBTIfóbicas eram generalizadas.⁹

Mas é importante destacar que havia pessoas LGBTI+ reivindicando seu reconhecimento também enquanto membros da classe operária e, em alguns momentos, até se apresentaram de forma organizada e foram bem recebidas pelo conjunto de trabalhadoras/es, como ocorreu durante a emblemática manifestação do 1º de maio de 1980 na Vila Euclides em São Bernardo do Campo em São Paulo¹⁰.

⁶ SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

⁷ Relativamente a esse assunto, sugere-se ver: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *A greve no masculino e no feminino: Osasco 1968*. São Paulo: Letra e Voz, 2014. SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A Classe trabalhadora tem dois sexos*. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular, 2021. TELES, Maria Amélia. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*. Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014. TELES, Maria Amélia. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Alameda, 2017. TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da Guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

⁸ Sobre o assunto, ver QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Cia das Letras, 2021. Ver também GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs.). *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2014.

⁹ Uma célebre entrevista da então emergente liderança sindical Luis Inácio Lula da Silva foi publicada no jornal da imprensa homossexual *Lampião da Esquina* em 1979. Na ocasião, segundo os entrevistadores, Lula, ao ser questionado se conhecia homossexuais na classe operária, ele teria respondido: “Homossexualismo na classe operária? Não conheço”. Outro operário, João Borges da Silva, ao ser perguntado, teria dito: “Viado? tem sim. Só que dão duro tanto quanto nós, eles têm família também, né? lá na produção nem tem tempo para viadagem, não. Viado aqui trabalha duro.”. As falas revelam, de um lado, que Lula não conhecia homossexuais no seu entorno, com um certo tom de invisibilização; de outro, que João Silva conhece, mas que não haveria tempo para “viadagem” na produção. Essas falas apontam para as dificuldades que homossexuais enfrentavam dentro do campo das esquerdas e da classe trabalhadora, ainda apegadas a noções tradicionais de gênero e moralistas de sexualidade. Ver *Lampião da Esquina*, n. 14, julho de 1979, pp. 10 – 11.

¹⁰ A despeito da existência da homofobia cultural e persistente, relatos emocionantes deste episódio específico do 1º de maio de 1980 demonstram as possibilidades de construção de alianças a partir de uma interseccionalidade de classe e sexualidade. Ver FERNANDES, Marisa. *Lésbicas e a Ditadura Militar*. In: GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (orgs.) *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: Edufscar, 2015. p. 125-148. Ver também _____. *O grupo Somos, a*

Relativamente às mulheres operárias, naquele cenário, objeto desta análise, apesar de haver algumas autoras e alguns autores que contemplam o tema, esse debate ainda se situa um tanto apartado das narrativas oficiais, o que pode ser observado na ausência dessa abordagem no relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que não faz essa investigação de forma específica. Vale ressaltar que a CNV estruturou dois grupos de trabalho para a temática, um dedicado ao sindicalismo e aos trabalhadores e outro para a violência de gênero, mas houve poucos cruzamentos entre ambos.

A maior parte desses documentos e registros sistematizados pela CNV promovem lembranças primorosas da luta da classe trabalhadora, especificamente sobre a operária, da repressão que sofreu e de sua combatividade na ditadura. Uma parte significativamente menor dos registros foi dedicada aos movimentos de mulheres por anistia, por seus filhos e familiares presos e/ou desaparecidos, mas quase nada dizem sobre a mulher operária ou, ao menos, a elas não são dedicadas seções específicas. Na literatura especializada, encontram-se pesquisas reproduzindo essas mesmas limitações ou, ainda, sobre mulheres trabalhadoras, genericamente, e os raros trabalhos sobre a mulher operária no regime ditatorial militar no Brasil iluminam este texto.¹¹

Caminhando na esteira dessas discussões, pretende-se explicar o que pode ter impulsionado a luta de mulheres operárias, unindo-as em alguns momentos da ditadura, entendendo que essa é uma parte da história ainda pouco contada, seja por ter sido timidamente vivenciada em razão do contexto patriarcal e do ambiente mais machista ainda do que o atual, seja pelo momento em que se encontrava o movimento feminista no Brasil. Para isso, demonstrar-se-á como a teoria do reconhecimento, a partir de Judith Butler, além de sua política de alianças, podem contribuir para compreensão da *cidadania feminina* como manifestação de uma resistência insurgente no que se refere aos padrões da própria resistência operária.

Nesse sentido, pode-se compreender essa atuação como uma autêntica expressão de cidadania. Com James Holston, concebemos a cidadania como algo que ultrapassa o cumprimento de deveres e o gozo de direitos formalmente instituídos: “sua história vivida se desenvolve nas tensões entre produções conflitantes da vida social, na medida em que tanto motiva lutas pela inclusão e pela igualdade quanto alimenta desejos de exclusão profundos e comuns” (HOLSTON, 2013, p. 48). É assim que se pode considerar a

esquerda e a resistência à Ditadura. In: GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (orgs.) *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: Edufscar, 2015, p. 177-200.

¹¹ No item 4 serão apontados alguns trabalhos precursores e relevantes sobre o assunto.

resistência da mulher operária, especialmente em tempos autoritários, como um exercício de *cidadania insurgente*.¹²

É claro que não se pretende tratar da mulher operária brasileira na ditadura como algo homogêneo ou pasteurizado, como se suas expressões fossem idênticas em todos os lugares do país e sem outras distinções e desigualdades entre mulheres. O objetivo, ao contrário, é ir além da casuística e do factual, sem desprezar a relevância das etnografias, admitindo que, não obstante as diferenças, há uma *precariedade*¹³ comum dada pela tratativa da condição feminina e pelas imposições do projeto econômico do regime ditatorial.

A teoria do reconhecimento em Judith Butler aparece como ferramenta metodológica capaz de entender a capacidade de ação política e social como reconhecimento, pertencimento e aprendizagem social, em grupos que apresentam não apenas identificações, mas diferenças. Butler as inclui, além da síntese das identidades, como preconizava Axel Honneth, um dos grandes pensadores da teoria do reconhecimento. Enquanto este, em sua proposta, enfatiza a integração nas relações sociais por meio das identidades, ela realça as dinâmicas de poder, o assujeitamento e sua subversão nessas mesmas relações, como desafio às normas que as regem.

Por mais que, para alguns, possa parecer anacrônico promover a análise de fenômenos que se deram na ditadura – nas décadas de 1960, 1970 e 1980 – por meio do caminho das teorias da diferença e do reconhecimento e, mais ainda, a partir de Butler, essa não é uma trilha menos válida do que aquelas que priorizam outras perspectivas metodológicas ou apenas as desigualdades sociais e econômicas. Isso porque acrescentar e interseccionar às questões de classe as demandas de gênero, raça, etnia, sexualidade ou outra condição, não restringe, mas qualifica a compreensão das identidades em busca de reconhecimento em suas lutas. Narrar a resistência feminina de mulheres operárias na ditadura pode nos permitir desvelar a construção da identidade operária, inserida nos padrões de papéis de sexo e gênero daquele período, quando perpassada por essa confluência de diferenças.

¹² O termo *cidadania insurgente* dá nome à obra de James Holston, que explora as lutas de pessoas e grupos precarizados, periféricos e invisibilizados e oprimidos pelos sistemas políticos e econômicos como exercício de uma cidadania que se manifesta de forma insurgente, diante das obstruções impostas. Vide: HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade*. Trad. de Cláudio Carina. São Paulo: Cia das Letras, 2013

¹³ O termo *precariedade* assume um significado específico na teoria do reconhecimento de Judith Butler e será explicado ao longo deste texto.

Butler, além de sofisticar as teorias do reconhecimento de outros filósofos, acrescenta a noção de poder nas relações, de matriz foucaultiana, e de precariedade, fator impulsionador de lutas por reconhecimento, sem ignorar as diferenças entre os corpos que as compõem, os quais, por meio de uma política de alianças, “exercem o poder performativo de reivindicar o público” (BUTLER, 2018a, p. 84).

Se a luta por melhores condições de trabalho e de vida da classe operária em geral, contraposta ao que o regime vendia como prosperidade econômica, pode ser vista como construção e exercício da cidadania por meio da resistência e da aprendizagem social, a luta das mulheres operárias, por condições específicas do feminino, pode ser lida como uma espécie de cidadania que avança no interior daquela mesma luta. O exercício da vida ativa no espaço público realizado por mulheres sofria os obstáculos impostos pela classe, pelo patronato, pelo empresariado, mas, também, os reveses de sexo e de gênero, especialmente em virtude de o meio operário ser predominantemente masculino e concebido no machismo estrutural na sociedade da época.

Ao demonstrar as formas de resistência e atuação das mulheres, a partir da classe operária, frente à precariedade maquiada socialmente pelos índices governamentais auspiciosos, podemos dizer que este artigo, para além de ser uma proposta de investigação somente sobre a ditadura ou sobre mulheres, é um estudo sobre a morfologia plural da classe operária, sobre as bases lançadas por elas para a construção da cidadania feminina, como cidadania insurgente, e sobre seu exercício nos anos da ditadura.

2. A economia brasileira na ditadura empresarial-militar: O PAEG, o “milagre econômico” e a recessão

O cinema novo, desenhado desde a década de 1950 e desenvolvido nos anos 1960 e 1970, caracterizou-se, especialmente, por “realizar uma arte com liberdade e sem limites rígidos e excludentes de criação” além de, “(re)organizar as questões estéticas e ideológicas em torno da nacionalização e popularização das artes brasileiras”, buscando demonstrar a “realidade brasileira e a conscientização das classes populares.” Em suma, essa escola cinematográfica seria um movimento de “arte política e esteticamente revolucionária”, que tinha como vetor a assunção de um posicionamento político (SOUZA, 2003, p. 136). Atingiu outras fases nas décadas subsequentes, mantendo a crítica ao regime ditatorial, driblando a censura e influenciando novos movimentos nas artes em geral.

Como expressão dessa efervescência, mesmo em meio à repressão do regime, uma série de filmes atuou na constituição dessa forma de resistência – por meio do cinema novo ou de outras manifestações artísticas –, tais como o longa “Pra frente Brasil” (1981), de Roberto Farias¹⁴ e “Eles não usam Black-tie” (1981), dirigido por Leon Hirszman, baseado na peça escrita por Gianfrancesco Guarnieri, em 1958.¹⁵ O primeiro demonstra as contradições do regime, nomeadamente sua face repressiva, ao contrapor o entusiasmo da Copa de 1970 à tortura de militantes e opositores do regime. Além disso, ele é um dos primeiros a denunciar abertamente a tortura nas telas do cinema. O segundo, adaptado da peça de 1958 para os anos da ditadura, aborda a precariedade vivenciada pela classe trabalhadora operária, no fim dos anos 1970 e início dos 1980. Assim como “Pra frente Brasil”, explora o antagonismo entre o suposto desenvolvimento econômico do país e a classe operária em greve, em razão das mazelas pelas quais passava, causadas pela exploração capitalista encampada pelas grandes empresas.

A falsa sensação de prosperidade com o PAEG, com o chamado “milagre econômico” e com o desenvolvimento propagandeado pelo governo, demonstrada nos filmes, falseia a condição verdadeira do povo brasileiro e é um dos pontos principais das duas películas, que também narram a perseguição e a repressão à militância e à oposição ao governo.

Em 1984, já próximo do fim dos governos militares, foi lançado o longa-metragem “Nunca fomos tão felizes”, de Murilo Salles, baseado num conto escrito por João Gilberto Noll, chamado “Alguma coisa urgentemente”¹⁶. O roteiro narra a relação conflituosa de um jovem com seu pai, no fim de um ano que não se menciona de forma direta, mas que tudo leva a crer ser 1970 ou um tempo impreciso no início daquela década, já que há

¹⁴ Pra frente Brasil. Direção: Roberto Farias. Lançamento: 14 de fevereiro de 1983. O filme contou com financiamento da Embrafilme, dirigida na época pelo diplomata Celso Amorim, que foi demitido por ter liberado verba para um filme que criticava o governo. Quanto a Roberto Farias, é importante destacar que ele também foi presidente da Embrafilme entre 1974 e 1979, “tornando-se figura de proa na produção cinematográfica do país e mantendo relações diversas no interior do governo, o que justifica a necessidade de um olhar cuidadoso para a atuação do cineasta junto à estatal responsável pela produção e distribuição de grande parte dos filmes brasileiros do período.” O filme foi interditado por um longo processo dentro dos órgãos de censura, até ser liberado em 1983. Além disso, é possível “localizar Pra frente, Brasil entre a intervenção censória e o posicionamento político, ou seja, discutir até que ponto o discurso político presente no filme é moldado por concessões de Farias à censura ou por convicções suas, inclusive verbalizadas à imprensa quando do lançamento do filme.” (GUEDES, 2014, p. 188).

¹⁵ Eles não usam Black-tie. Direção: Leon Hirszman. Roteiro Leon Hirszman, Gianfrancesco Guarnieri. Lançado em 28 de setembro de 1981. Duração: 2h14min.

¹⁶ O conto que inspirou o filme de Murilo Salles pode ser lido em <https://contobrasileiro.com.br/alguma-coisa-urgentemente-conto-de-joao-gilberto-noll/>. Acesso em 8 out. 2023. Nunca fomos tão felizes. Direção: Murilo Salles. Lançamento: 28 de agosto de 1984. Marcos Napolitano também menciona esse filme em *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

várias referências a esse ano, tais como os acontecimentos noticiados na televisão e as propagandas do governo de Emílio Garrastazu Médici veiculadas em algumas cenas. No fim do filme, antes que o jovem encontre seu pai ferido e agonizando, é exibida na televisão a propaganda oficial do governo cujo slogan dá nome ao longa: “A verdadeira democracia se constrói com o esforço de cada um para a segurança de todos. Estamos forjando o nosso destino com ordem e progresso. Brasileiros: *nunca fomos tão felizes!*”.

A ironia presente no nome do filme e na cena que retrata o protagonista em uma situação melancólica antes mesmo de encontrar seu pai morto permeia a história e, ao mesmo tempo, para além das telas, a situação política do país. O mesmo governo da repressão, paradoxalmente, produzia os slogans que ovacionavam o regime, como *Brasil: Ame-o ou deixe-o!*, *"Quem não vive para servir ao Brasil, não serve para viver no Brasil"* e *"Pra frente Brasil"*, também parte da letra de diversas músicas como o hino que leva também o nome *"Pra frente Brasil"* e a música *"Eu te amo, meu Brasil"*.¹⁷

Em todos esses exemplos, é possível identificar uma tensão entre carestia e repressão de um lado e desenvolvimento de outro; afinal, fazia parte da ideologia militar que o crescimento econômico estivesse atrelado à segurança nacional. Maria Helena Moreira Alves pontua que o desenvolvimento do setor industrial era critério para uma economia forte e esta, por sua vez, seria viabilizada com o bom funcionamento da Doutrina de Segurança Nacional¹⁸, já que, com uma economia próspera, seria fácil obter o apoio da população. Segundo ela, o manual da Escola Superior de Guerra definia isso como meta, “em especial considerando-se que um país subdesenvolvido é particularmente vulnerável à estratégia indireta do inimigo comunista” (ALVES, 1987, p. 48).

¹⁷ *Pra frente Brasil*. 1970. Composição: Miguel Gustavo e Raul de Barros. *Eu te amo meu Brasil*. 1970. Composição: Dom (Eustáquio Gomes de Farias) e Ravel (Eduardo Gomes de Farias). Os irmãos eram membros da banda *Os Incríveis* e a música foi responsável pela saída de outros membros da banda, que queriam ser descolados da imagem de adesistas ao regime.

¹⁸ A Doutrina de Segurança Nacional no Brasil foi idealizada pela Escola Superior de Guerra, importada especialmente das ideologias estadunidenses da Guerra Fria. Ela foi institucionalizada por meio do aparato de legalidade autoritária, em especial a Lei de Segurança Nacional, que enquadrava opositores ao regime em seus tipos penais, em uma caça aos supostos comunistas, assim como o presidente Truman havia previsto nos EUA. Longe de uma lógica estatizante e meramente patriótica-nacionalista, a DSN era uma aproximação ao capitalismo industrial, ao englobar os interesses dos setores burgueses e empresariais. Trabalhadores em greve poderiam, então ser combatidos com base no aparato legal e institucional amplamente persecutório em relação a manifestações da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho e justiça social. Conforme Maria Helena Moreira Alves, “é fundamental ter em mente que, na Doutrina de Segurança Nacional, a defesa militar, mais que as necessidades materiais básicas da população, é considerada o principal objetivo do desenvolvimento econômico” (ALVES, 1987, p. 49)

Alinhado com essa doutrina, que, dentre vários fundamentos, tinha a caça aos supostos comunistas como importante objetivo, estava o modelo de desenvolvimento pautado no que ficou conhecido como tripé econômico brasileiro, com a participação dos capitais estatal, privado nacional e privado estrangeiro das grandes corporações multinacionais.

Com a militarização do Estado, não foi difícil colocar em prática ações que propiciassem o cumprimento dessa meta. Adriano Codato assinala que militarização, nesse caso, significava um grande número de militares ocupando cargos em instâncias administrativas, a permeabilização das decisões governamentais às doutrinas militares e a “transferência de normas e valores das Forças Armadas para o sistema decisório e para o sistema político como um todo” (CODATO, 2005, p. 7).

Entre 1961 e 1963, o crescimento econômico tinha alcançado taxas baixíssimas, com uma média de 5%, tendo atingido menos de 0,6% em 1963. Para tentar solucionar essa questão, o governo de Castelo Branco (1964-1967) lançou em agosto de 1964 o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), tendo durado até 1967. O Ministério do Planejamento, cujo representante era o ministro Roberto Campos, e o da Fazenda, tendo à frente Octávio Bulhões, com essa estratégia, tinham o objetivo de controlar a inflação e a elevação do déficit público, além de promover reformas tributárias e financeiras, melhorar as taxas de crescimento e promover um maior investimento público e privado. Para isso, promoveram uma política salarial, com redução do salário real, uma política monetária, com financiamento da dívida pública e profunda desnacionalização da economia, sem que se preocupassem com as consequências desse arrocho na vida dos trabalhadores assalariados ou com a provável queda do Produto Interno Bruto.

Para Celso Furtado,

As modificações institucionais introduzidas entre 1964 e 1967 abriram novas possibilidades de ação, mas também revelaram a intenção dos grupos que ascenderam ao poder mediante o golpe militar de abandonar a orientação do desenvolvimento às forças do mercado. Caberia aos interesses que aí se confrontam definir essa orientação. As empresas transnacionais seriam as principais beneficiárias dessa política (FURTADO, 1983, p. 39).

Com a desnacionalização da economia e com a redução do salário para abaixo da inflação, a concentração de renda e a dependência estrutural se acentuaram. Essa situação foi agravada nos anos que se seguiram, em virtude de uma nova política governamental, conhecida como “milagre econômico” ou “milagre brasileiro”, que durou de 1968 a 1973.

O PAEG já havia aberto as portas para a desnacionalização da economia e o agora ministro da fazenda, Delfim Neto (1967-1974), não hesitou em facilitar a entrada de grandes somas de capital estrangeiro, mantendo o país especialmente receptivo ao setor industrial. Em dezembro de 1968, também entrou em vigor o Ato Institucional n. 5, que suspendeu direitos e garantias fundamentais, fechou o parlamento e intensificou os mecanismos de censura. Seria, assim, mais fácil controlar qualquer insatisfação da classe trabalhadora, desprivilegiada com o plano econômico em relação às transnacionais e ao empresariado em geral.

Neste período, a economia brasileira cresceu entre 10% e 11% ao ano, tendo alcançado a marca de 14% em 1973, “mas a conjuntura de crise internacional após o aumento dos preços do petróleo quase no final deste ano, fez o governo, mais do que a sociedade, despertar da ilha de fantasia capitalista propiciada pelo milagre” (NAPOLITANO, 2014, p. 172).

Os bons índices econômicos assim se mantiveram graças à exploração excessiva da classe trabalhadora, que se deu por meio de uma postura de controle das políticas trabalhistas, do aumento da inflação, dos benefícios fiscais que estimulavam o mercado de capitais. Delfim Neto é o responsável por uma conhecida frase quando abordava esse plano econômico. Ele dizia que primeiro iriam “fazer o bolo crescer para, depois, dividi-lo”. Nota-se que sua afirmação “mostrou-se falaciosa, na medida em que o bolo não foi realmente distribuído do modo como ele sugeria, já que à grande massa de trabalhadores não sobraram fatias. Para que o bolo pudesse crescer, fizeram com que a correção salarial não acompanhasse a inflação, e o conhecido arrocho sobre os salários diminuía consideravelmente o poder de compra dos trabalhadores” (QUINALHA e LEMOS, 2023, p. 167).

A propaganda, como já mencionado, exercia um importante papel na busca do apoio da população e soube usar da Copa de 1970 para incitar os ânimos nacionalistas e, de quebra, o combate à suposta ameaça comunista. As ações repressivas direcionadas aos movimentos de esquerda, àqueles que se opunham à ideologia autoritária, aos movimentos identitários, feministas, sindicalistas, artísticos, culturais e a tudo o que a ditadura considerava desviante acabaram por ganhar a aprovação de parte da população. Afinal, a propaganda do governo demonstrava a economia a todo vapor e o arrocho era a cota de sacrifício que patriotas deveriam fazer para o bem do país.

Nos anos da ditadura, ocorreram duas crises internacionais relacionadas à extração e importação do petróleo, o que ficou conhecido como choque petrolífero e acabou por afetar o Brasil. Uma delas deu-se no final de 1973 e a outra em 1979. Na primeira, os países do Oriente Médio produtores de petróleo promoveram um embargo do fornecimento em razão do apoio dos Estados Unidos a Israel na guerra do Yom Kippur, o que levou a um hiperbólico aumento do produto em cerca de 400%. No segundo choque, os conflitos políticos no Irã também causaram um aumento vertiginoso do produto, impactando a economia mundial e, conseqüentemente, a brasileira. Esses fatores unidos à dependência estrutural que as políticas econômicas da ditadura já tinham acentuado levaram a momentos de forte instabilidade e recessão. Nas palavras de Marcos Napolitano, “a crise revelava fragilidade financeira e a dependência brasileira dos insumos básicos da economia, como o petróleo” (NAPOLITANO, 2014, p. 172).

Essa sucessão de insucessos na economia, aliada a uma nova crise financeira internacional em 1982, inflou os índices de desemprego, potencializou a recessão e, em 1984, a dívida externa estava quatro vezes maior do que no início da ditadura, em 1964. A inflação, por sua vez, alcançava a cifra de 217,9% (NETTO, 2014, p. 213).

A resposta da resistência de trabalhadoras e trabalhadores a esse pesado preço do suposto sucesso da economia não tardou a vir e apareceu em diversos momentos, por meio de importantes greves, campanhas salariais, movimentação sindical, oposição sindical quando havia intervenção ou colaboração de dirigentes com o regime. Particularmente, a resistência de operários e operárias foi significativa, dado o papel que o setor industrial ocupava nos planos econômicos do governo, bem como na opressão aos seus trabalhadores e às suas trabalhadoras.

3. A história masculina – ou supostamente agenerificada - da resistência operária

A resistência e a ação política da classe operária na ditadura estiveram em constante tensionamento com um projeto liberal de Estado, que incluía as grandes corporações em seu rol de beneficiários, o que justifica nossa escolha por denominar esse regime de ditadura empresarial-militar. Os direitos retirados da classe trabalhadora durante o regime foram inúmeros e se deram desde o início do golpe, como parte do que Anthony Pereira chama de “legalidade autoritária”. O termo é utilizado para caracterizar as mudanças no aparato legislativo e judicial a fim de coibir oposições ao regime governamental imposto, ao mesmo tempo em que legitima os seus atos de violência e

autoritarismo (PEREIRA, 2010, p. 40). No Brasil, essa legalidade sempre existiu por parte de governos autoritários, mas, na ditadura empresarial-militar, ela foi composta sob aparência de uma legalidade de emergência, incluindo decisões judiciais em conformidade com o autoritarismo dos atos normativos.

Juntamente com os atos institucionais, a Lei de Segurança Nacional, o aparato legislativo sob intervenção e a forma como o judiciário aplicava a lei penal, a redução dos direitos trabalhistas compõe a legalidade autoritária do período da ditadura. Apenas para citar alguns exemplos, em 1964, ano do golpe, o direito de greve já foi restrito com a entrada em vigor da chamada Lei de Greve (Lei n. 4.330/1964), muitas delas tendo sido declaradas ilegais. Na sequência vieram, em 1965, a Lei n. 4.725, de 13 de julho e, em 1966, o Decreto-Lei n. 5, que permitiram o arrocho salarial¹⁹, as possibilidades de parcelamento do 13º salário (Lei n. 4.749/1965 e Decreto n. 57.155/1965) e de redução da jornada de trabalho, com salários proporcionais (Lei 4923/1965) e, em 1966, a criação do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), que substituiu a estabilidade decenal (Lei n. 5.107/1966, em vigor a partir de 1967, em razão do Decreto n. 59.820/1966). Ao lado das péssimas condições de trabalho na maior parte das grandes empresas, dos baixos salários, dos altos índices de inflação, esses direitos restritos motivaram as greves da década de 1960, em particular as grandes greves de 1968.

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), criado no Brasil em 1962, era o órgão que coordenava as federações e confederações. Defendendo os interesses da classe trabalhadora, apoiava João Goulart e as reformas de base por ele encampadas e já previa uma greve em oposição à ameaça de golpe. Não deu tempo. O golpe dos militares, engendrado pelo empresariado e pelos detentores do capital, foi consumado em 1º de abril de 1964, o CGT fechado, seus dirigentes presos, perseguidos e torturados. Mais de 550 sindicatos sofreram intervenção por parte dos militares, apoiados pelas Delegacias Regionais do Trabalho, que nomeavam homens da sua confiança para assumir as diretorias (GORENDER, 1987, p. 141).

A resposta da resistência não tardou a vir. Trabalhadores e trabalhadoras, desde o início do regime, reagiram à perda de direitos, estabelecendo-se em seus sindicatos, organizações dissidentes, comissões de fábrica, atos de mobilização e campanhas salariais. Quando as entidades sindicais eram colocadas sob intervenção, a classe

¹⁹ QUINALHA, Renan; MONTEIRO, Ana; CALDAS, Caroline. Relatório final de pesquisa do tema transversal “A atuação da Justiça de Trabalho durante a ditadura”. São Paulo: CAAF, 2023.

precisava se estruturar de outras formas. Assim nasceram jornais clandestinos, comissões de fábrica, reuniões não autorizadas em igrejas, associações de bairro, galpões e greves, além de movimentos intersindicais antiarrocho.²⁰

A classe operária foi responsável pelas mais emblemáticas greves no Brasil, ao lado das realizadas pelos trabalhadores da construção civil. As grandes greves de 1968 dos metalúrgicos de Contagem-MG e Osasco-SP foram os pontos altos da década de 1960, tanto no que diz respeito à imensa mobilização da categoria, quanto no que toca à repressão. O ano de 1968 foi o primeiro do “milagre”, às custas de arrocho nos salários e de péssimas condições de trabalho.

Em abril deste ano, aproximadamente 15 mil operários e operárias da Cidade Industrial de Contagem e de Belo Horizonte aderiram à greve, o que levou Jarbas Passarinho, então ministro do trabalho, a negociar pessoalmente ao menos duas vezes com representantes da categoria. As reivindicações desse movimento não foram atendidas em sua maior parte e houve um recuo da mobilização em razão da forte repressão. A polícia e o aparato do regime, em cumplicidade com as empresas, coibiram piquetes, manifestações, executaram inúmeras prisões, proibiram reuniões, realizaram monitoramento nas residências, dentro das empresas, nos locais de lazer e nos ambientes sindicais e de organização da categoria. Mas uma vitória aquelas trabalhadoras e aqueles trabalhadores tiveram: conseguiram um abono de 10% para toda a classe do país inteiro, que, posteriormente se converteu em reajuste.

Em julho deste mesmo ano foi a vez de Osasco entrar em uma greve que tinha sido por meses planejada. Cerca de 3 mil metalúrgicos organizaram um movimento de ocupação dentro da Cobrasma, onde detiveram grande parte da diretoria. Era uma nova forma de luta, que foi reprimida rapidamente pelo regime, o que tornou difícil a adesão de operários de outras fábricas. Foi feita uma nova intervenção no sindicato pelos militares, a cidade foi cercada com tanques e tropas, foram presas mais de 300 pessoas, inúmeras torturadas (CONSELHO, 2014, p. 49-50).

Uma segunda greve em Contagem foi deflagrada em 1º de outubro daquele ano, reivindicando um reajuste de 50% sobre os salários, contra a proposta de 27% do Ministério do Trabalho. As demandas não apenas não foram atendidas, como a repressão

²⁰ Relativamente a esses movimentos, destacam-se o Comitê Intersindical Antiarrocho (MG), o Movimento Intersindical Antiarrocho (SP) e a Frente Intersindical Antiarrocho (RJ).

foi muito mais violenta. A polícia passou a atuar dentro das fábricas e novas prisões foram feitas, com violência e relatos de tortura.²¹

Os anos que se seguiram a esses eventos foram de chumbo e, para trabalhadores e trabalhadoras, também foram de privação. Após a forte repressão nas greves e a edição do Ato Institucional n. 5, em dezembro de 1968, institucionalizando a conduta estatal violenta, o arcabouço da legalidade autoritária continuava a ser produzido também na esfera trabalhista, do qual são exemplos o Decreto-Lei n. 507 de 1969, que proibia a eleição para cargo diretivo de sindicato daqueles que tivessem uma “má conduta, devidamente comprovada”. Na década de 1970, o sucateamento de direitos se intensificou com a abertura para o início da terceirização, por meio do advento do trabalho temporário (Lei n. 6.019/1974). Como aponta Souto Maior, “nesse período da ditadura civil-empresarial-militar, a CLT, no aspecto dos direitos materiais trabalhistas, foi, praticamente, toda reescrita, chegando-se à promoção de alterações quase que diariamente, como se houvesse mesmo uma ideia fixa do governo sobre a matéria” (SOUTO MAIOR, 2017, p. 318).

Após dez anos daquelas emblemáticas greves e das perseguições acentuadas à categoria, em 1978 outras mobilizações e movimentos paredistas começam a surgir, como resultado de um intenso trabalho das entidades sindicais, em rejeitar, uma vez mais, o arrocho salarial, a retirada de direitos trabalhistas, a manipulação dos índices inflacionários pelo governo, a repressão e o monitoramento da classe, a penúria imposta. Tudo isso, respaldado por uma legalidade autoritária, suscitou em maio daquele ano a eclosão das greves do ABC Paulista, com ampliação de demandas em relação às anteriores. Em poucos dias, o movimento já contava com 170 mil trabalhadores e trabalhadoras paralisados e paralisadas, tendo repercussão em todo o Brasil, reverberando para categorias diversas e pelos anos seguintes.

Mesmo com a efervescência dos movimentos sindicais e os pela anistia em 1979, a repressão a movimentos de oposição não arrefeceu. Os líderes de greves eram sempre

²¹ No acervo do DOPS-MG, sob a custódia do Arquivo Público Mineiro, foi encontrado um volume de um jornal clandestino elaborado por trabalhadores e trabalhadoras de nome O Piquete (n. 92 de 17/10/1968). Esse jornal tinha o título “Olho por olho, dente por dente” e denuncia que, após uma grande greve ocorrida em 1º de outubro de 1968, a Companhia Siderúrgica Mannesmann, situada entre Belo Horizonte e Contagem, estava dispensando em massa, além de manter policiamento dentro da fábrica, vigiando dia e noite os funcionários. Isso estaria acontecendo com o objetivo de impedir a organização da greve. Além disso, panfletos e jornais como esse, além de documentos da própria polícia registram prisões ocorridas dentro da empresa. Pasta 0016. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro, p. 94 e Pasta 0905. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro. p.1-5.

presos e os sindicatos continuavam a sofrer intervenção. Ainda assim, o movimento operário continuou se organizando, tendo chegado à década de 1980 vivenciando o que se convencionou chamar de novo sindicalismo. Foram criadas as centrais sindicais e a Oposição Sindical se formou, a partir de militantes que visavam dismantlar a estrutura corporativa dos sindicatos, partindo para uma configuração baseada nas comissões de fábrica. Essas diferenças demonstravam, entre outras coisas, a politização e o envolvimento da classe, o que se traduzia num permanente combate contra a ditadura. Os operários e as operárias, por meio de suas lutas, exerceram papel indispensável para a derrocada do regime e para o processo de transição para a democracia.

Essa luta, vista sob o prisma de tensão e de ruptura, mesmo quando se desconsidera a interseccionalidade de gênero ou de raça, já se expressava como manifestação de cidadania que enfrentava a lógica capitalista. A atuação estatal ou empresarial, ao obstaculizar ou tentar impedir a ação operária, dava demonstrações violentas de poder, que se consolidava de diversas formas, como nas trocas de listas sujas entre empresas contendo o nome de grevistas e sindicalizados, nas prisões, torturas e perseguições.

Desde o início do regime, havia mulheres na participação sindical, como as pesquisas a partir da história oral demonstram (NEVES, 1994; ROVAI, 2014; SOUZA-LOBO, 2021; DELLAMORE, 2019). Mas não era a regra. Afinal, como pontuava Michelle Perrot, ao analisar as mulheres operárias francesas desde o século XIX, “o ‘ofício do historiador’ é um ofício de homens que escrevem a história no masculino”. Continuando a crítica, afirma: “Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou ‘mental’, ela fala do Homem em geral, tão assexuado quando a Humanidade”. Sintomaticamente estereotipada, “célebres – piedosas ou escandalosas –, as mulheres alimentam as crônicas da ‘pequena história’, meras coadjuvantes da História!” (PERROT, 2006, p. 185).

A situação não era diferente no período da ditadura brasileira – e a sociedade ainda perece com a estrutura patriarcal. Na avaliação de Dellamore, “o sindicato constituía também um espaço considerado masculino, tanto por homens quanto pelas mulheres trabalhadoras, que deixavam de comparecer e participar do movimento operário e sindical exatamente por não considerarem o espaço do sindicato como delas” (DELLAMORE, 2019, p. 309).

Mas, apesar da invisibilidade a elas imposta, muitas mulheres se recusaram ficar de fora da História, rejeitaram a possibilidade única de uma história do cotidiano e da vida privada, empenharam-se na luta contra a ditadura e disputaram, além do espaço do sindicato e dos movimentos sociais e de esquerda, seu lugar na História. Respondendo Michelle Perrot, é possível contar uma história das mulheres e sim, elas têm uma história que extrapola a etnologia e a etnografia.

4. Resistência feminina, reconhecimento e cidadania

Nos anos 1960 e 1970, apesar da instauração da ditadura empresarial-militar no Brasil, o movimento feminista e as reivindicações da chamada segunda onda²² do feminismo começaram a ganhar corpo. Nessa fase, as demandas vinculadas aos direitos reprodutivos, à liberdade sexual, ao acesso ao mercado de trabalho uniam-se à ideia de que “o pessoal é político”²³, colocando muitas mulheres nas ruas em oposição às violências sofridas na esfera privada, fruto da opressão masculina, mas também em denúncia à ditadura e às suas políticas. Entretanto, esse movimento concorria com ideologias conservadoras, propagadas por atos como as Marchas com Deus pela Família e pela Liberdade²⁴. Conforme aponta Amelinha Teles,

as mulheres do campo progressista ou mesmo da esquerda não se encontravam organizadas de maneira autônoma e consciente na defesa dos seus próprios direitos, o que possibilitou que as forças mais retrógradas não encontrassem dificuldades para se aproximar das mulheres das camadas populares,

²² Didaticamente, podemos entender a manifestação do movimento feminista em fases ou ondas, de acordo com as características e reivindicações predominantes em cada época. As feministas de primeira onda, em breves palavras, seriam aquelas que lutaram especialmente pelo direito ao sufrágio, desde o século XIX, mas também à isonomia nas condições de trabalho, ao acesso a profissões e trabalhos considerados masculinos, à educação formal. As décadas de 1960 e 1970 são consideradas como aquelas em que se desenvolve a segunda onda do movimento feminista, a qual seria marcada principalmente pela ocupação da cena pública pelas mulheres. O slogan mencionado – “o pessoal é político” – caracteriza esse momento em que as mulheres disputam condições iguais às dos homens e a essa pauta são acrescentadas inúmeras outras de combate às opressões causadas pelo capitalismo, como a luta antirracista, anticolonialista, os direitos reprodutivos, o direito ao próprio corpo, violência doméstica, estupro, aborto, trabalho doméstico, creches como condição de acesso ao trabalho, entre outras. A terceira onda, que marca a década de 1990, é caracterizada por acrescentar à luta feminista o conceito e a condição de gênero de forma mais marcada, questões interseccionais referentes à classe, raça e gênero. Apesar de reducionista a distribuição do feminismo em ondas, dadas às suas complexidades e profundidade de manifestações diversas, a ferramenta conceitual das ondas pode ser útil para compreender a dinâmica do feminismo na história e as características mais acentuadas que se conectam com a política, com a economia, com a cultura e com as modificações sociais.

²³ O lema “o pessoal é político”, característico do feminismo de segunda onda, deu nome ao ensaio de Carol Hanisch em 1969. HANISCH, Carol. *The personal is political*, 1969. Disponível em: <http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PersonalIsPol.pdf>. Acesso em 11 out. de 2023.

²⁴ “Ao todo, foram realizadas 49 manifestações deste tipo, em todo o país, constituídas majoritariamente de mulheres.” (TELES, Maria Amélia. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*. Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014, p. 10)

atemorizando-as com os perigos demoníacos dos comunistas (TELES, 2014, p. 11).

Por outro lado, além de passarem a se organizar ao longo do tempo, muitas delas compuseram as forças de resistência, ora aderindo aos movimentos de oposição ao regime, ora ocupando postos em sindicatos de suas categorias de trabalho, ou ainda organizando-se em movimentos específicos de mulheres, especialmente na década de 1970, sendo 1975 aquele em que a ONU declarou como o Ano Internacional das Mulheres. Entre grupos declaradamente feministas e outros que não assumiam essa bandeira, as reivindicações eram diversas, mas se concentravam, quase sempre, em torno de necessidades básicas, como creches, para que seus trabalhos fossem viáveis, custo de vida, salários, direitos trabalhistas, carência, revelando as mazelas intensificadas pelas políticas econômicas da ditadura. Ainda havia os que pautavam a violência contra a mulher, o aborto, a liberdade sexual, o direito ao próprio corpo.

Dentre muitas entidades e coletivos que se destacaram estavam o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), que, criado em 1975, foi um dos principais responsáveis pela luta para anistiar as pessoas perseguidas pelo regime; a Sociedade Brasil Mulher, do mesmo ano, que editava e publicava o jornal Brasil Mulher²⁵; o Centro da Mulher Brasileira (CMB), organização pautada em discussões e estratégias, composta por mulheres de orientações políticas e ideologias variadas, passando pelo marxismo e maoísmo, sem que isso as impedisse de discutir os direitos das mulheres também por meio do feminismo. “A temática predominante no grupo foi aquela dedicada à mulher no mundo do trabalho: a luta por creches, por igualdade de remuneração em relação aos homens e proteção à maternidade” (MARQUES, ZATTONI, 2014, p.63). Também havia o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), que surgiu em 1979 no interior do Grupo SOMOS, coletivo que já militava em favor de pessoas homossexuais; o SOS Mulher, formado por mulheres ativistas em 1980, que tinha como principal objetivo atender mulheres vítimas de violência; além da União Brasileira de Mães do Rio de Janeiro e do Clube das Mães de São Paulo, ambos formados por famílias de pessoas presas e desaparecidas no período. Organizações como o Movimento do Custo de Vida (MCV), também chamado de Movimento Contra a Carestia (MCC), e as Comunidades Eclesiais

²⁵ O acervo pode ser acessado em <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher>. Acesso em 9 out. 2023. Sobre o Jornal Brasil Mulher e outros periódicos relacionado à imprensa feminista, ver TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da Guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios: 2013.

de Base (CEBs), ligadas à igreja católica, eram, da mesma forma, espaços de luta e defesa de pautas ligadas às necessidades sociais e formados, em sua maioria, por mulheres.

Ao evidenciar a importância das publicações feitas por mulheres e para elas direcionadas, como o jornal *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, Amelinha Teles apontou que ali nasciam os primeiros veículos feministas de segunda onda, tratando das precariedades vivenciadas por operárias, moradoras de favelas e periferias, negras, camponesas, ao mesmo tempo em que pautavam a política nacional, a anistia, denunciando a censura, os déficits democráticos e as desigualdades causadas pelo capitalismo e pelas políticas do regime (TELES, 2014, p. 17-18).

Podemos afirmar que, dado o contexto, os movimentos femininos, os feministas, juntamente com a inserção de mulheres em organizações e partidos de oposição ao governo, revolveram o lugar naturalizado de sujeição, de submissão e de reprodução social e cuidado, deslocando a figura feminina para a cena pública, procurando subverter o previsível lugar social às mulheres destinado. Sua colocação na política e no mundo do trabalho, enfrentando os ambientes até então destinados majoritariamente aos homens, traz consigo novas necessidades para a militância e para a classe trabalhadora, convertidas em demandas e pautas de reivindicação, para além das que já existiam em suas entidades, partidos e organizações.

Como afirmado, há diversos trabalhos que contemplam a temática da mulher na ditadura – ainda que uma história “geral”, masculina ou agenerificada, seja preponderante. Dentre eles, há os que se dirigem às mulheres que atuam na militância das organizações de esquerda, ou ainda os que contemplam a especificidade da trabalhadora, tangenciando as questões políticas, sem abordar de forma direta e aprofundada o regime político de então. Alguns deles, por terem jogado luz e serem referenciais para esta investigação, merecem ser mencionados. Heleieth Saffioti, Elizabeth Souza-Lobo, Helena Hirata, Rosa Moisés, Leda Gitahy, Magda Neves, Amelinha Teles²⁶, por exemplo,

²⁶ Sobre esses estudos vide: SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. 2ª ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, [1976], 2013. ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. *A greve no masculino e no feminino: Osasco 1968*. São Paulo: Letra e Voz, 2014; HIRATA, Helena, SOUZA-LOBO, Elizabeth; GITAHY, Leda; MOISÉS, Rosa. Operárias, sindicalização e reivindicações: 1970-1980. *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 8, p. 90-116, jun. 1982; TELES, Maria Amélia. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*. Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014; TELES, Amelinha. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Alameda, 2017; TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da Guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios: 2013. NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e Cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis: Vozes, 1994.

conseguiram retratar e analisar as atuações femininas, cada uma à sua maneira e sob perspectivas distintas, quase que ao mesmo tempo em que elas aconteciam.

Em 1991, foi publicada a obra póstuma “A Classe operária tem dois sexos”, de Elizabeth Souza-Lobo, reunindo textos escritos por ela – alguns contando com colaborações – entre 1982 a 1991.²⁷ Seus estudos transpostos na obra analisam as experiências de gênero nas fábricas, inseridas naquela conjuntura, mas também na estrutura patriarcal, o que os aproxima da crítica de Joan Scott, a qual apresenta o gênero assentado nas diferenças, como constitutivo das relações sociais, além de característico das relações assimétricas e de poder (SCOTT, 1995; SCOTT, 2012). Souza-Lobo percorre esse caminho, ao examinar as práticas cotidianas atravessadas pelo gênero de forma estrutural, fruto e causa de transformações sociais.

Mais recentemente, outros trabalhos aparecem, buscando abordar a temática. Em uma importante pesquisa sobre os comportamentos políticos e a atuação sindical metalúrgica no município de Contagem²⁸, durante a ditadura empresarial-militar, Carolina Dellamore também investiga a atuação de mulheres como ativistas sindicais e lideranças operárias, em meio às greves, às mobilizações, na oposição sindical, mas também nos movimentos de bairro, na luta pela anistia ou mesmo a não participação por medo ou indiferença. A historiadora, ao se utilizar da metodologia da história oral, procura demonstrar a ausência das mulheres nos relatos, discursos e narrativas de acontecimentos políticos (DELLAMORE, 2019, p. 24). Segundo ela, as mulheres, quando contam sobre suas experiências, abordam aspectos que os homens não tocam:

Para além das questões do universo da política, elas trazem relatos de cuidado e solidariedade entre si no cotidiano fabril e sindical, como a troca de alimentos das marmitas para que o grupo pudesse se alimentar melhor e as estratégias para se protegerem do assédio masculino durante as assembleias sindicais, descortinando as relações de gênero e poder nas fábricas, no sindicato e nos partidos. (DELLAMORE, 2019, p. 39)

Não é difícil notar que as questões atinentes ao cuidado e à reprodução social²⁹ ocupam grande parte das preocupações femininas, como componente indissociável da luta. Ainda assim, a sua participação nos espaços decisórios da classe trabalhadora, como

²⁷ A edição dessa obra que aqui utilizamos é de 2021.

²⁸ Cabe salientar que a Cidade Industrial em Contagem-MG sediou grandes greves desde 1968, quando precedeu as maiores greves metalúrgicas do país, influenciando o movimento em Osasco. Nos anos 1978 e 1979, esses atos são revividos pela classe trabalhadora mineira, fazendo com que Contagem influenciasse e estivesse ainda em sintonia com os movimentos no ABC Paulista, conquistando direitos para a classe e repercutindo em todo o país.

²⁹ Entende-se por cuidado, trabalho de cuidado ou reprodução social. Helena Hirata e Nadya Araujo Guimarães (orgs.), *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care* (São Paulo: Atlas, 2002).

as direções sindicais, era vista com relutância, quando não obstaculizada (DELLAMORE, 2019, p. 149-150). Na década de 1970, a mão de obra feminina passou a ser mais empregada fora de ramos tradicionalmente destinados a elas, como a indústria têxtil, alimentícia e de vestuário. O incentivo à industrialização promovido pelo governo desde o final dos anos 1960 abriu as portas para as indústrias eletroeletrônicas, de autopeças e pequenas metalúrgicas, o que atraía operárias, dada a minúcia exigida pelo tipo de trabalho e a suposição de que suas mãos eram mais delicadas para as funções meticulosas. Apesar de não ser comum encontrar mulheres nas composições diretoras dos sindicatos das principais categorias do país naquele momento, como a metalurgia, a construção civil, ou mesmo a têxtil, com a ebulição dos movimentos femininos e feministas, a sindicalização de mulheres também aumentou. (SOUZA-LOBO, 2021, p. 29-30).

Os papéis de gênero e a divisão sexual do trabalho existiam – e ainda persistem, mesmo que atenuados, comparativamente – em casa, no espaço privado, e nas fábricas. Os trabalhos domésticos, o cuidado com os filhos e com os idosos, a ideia de passividade e delicadeza às mulheres atribuídos foram apropriados pelas indústrias, que faziam “uso dessas imagens, desses símbolos, como estratégia para discriminar e desqualificar o trabalho realizado pela mulher”. A tripla jornada, que ainda hoje é comum, era normalizada: “através do discurso que exalta as ‘qualidades naturais femininas’, encobre-se a opressão e a subordinação contra as mulheres, que as subjagam para além das fronteiras das classes sociais.” (NEVES, 1995, p. 52).

Mas com a ebulição dos movimentos femininos e feministas, ao lado de um maior número de mulheres presentes nas fábricas, as operárias começam a se organizar formalmente. Em 1978, aconteceu o 1º Congresso das Operárias Metalúrgicas do Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema, situação analisada por Elizabeth Souza-Lobo, e, nos anos subsequentes, surgiram outros da mesma espécie em São Paulo e em outros estados, como o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de Belo Horizonte e Contagem, em 1980, evento pesquisado por Carolina Dellamore. Ambos eram grandes sindicatos, com vultoso número de pessoas sindicalizadas. As demandas eram muito semelhantes e, mais uma vez, vinculadas à reprodução social e cuidado, como estabilidade para gestantes e creches, más condições de higiene e trabalho. Dentre as reivindicações específicas da realidade de cada lugar, eram igualmente comuns as queixas por tratamentos diferenciados – como salários mais baixos que os dos homens, para realizar a mesma função, exercida no mesmo local e com igual tempo de experiência e

qualidade de serviço – e formas de controle também distintas. Ainda havia a alocação de mulheres em trabalhos tidos como menos qualificados e a classificação na Carteira de Trabalho em categoria de salário inferior ao da função que efetivamente ocupavam. Também entrou nas pautas a necessidade de se ter mulheres na CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e a possibilidade de maior participação no sindicato e nas decisões. (SOUZA-LOBO, 2021, p. 29-30; DELLAMORE, 2019, p. 360ss). Chama a atenção o controle que as fábricas da Cidade Industrial em Contagem exerciam sobre os corpos das mulheres, operando verdadeira vigilância em relação à gravidez. Realizavam exames quando da contratação e se informavam sobre a continuidade da menstruação, questionando diretamente, sondando, fazendo testes de urina regularmente ou fornecendo absorventes com periodicidade. Tudo isso facilitava a dominação no interior das empresas e gerava imenso desconforto para as operárias (NEVES, 1995, p. 87; DELLAMORE, 2019, p. 359).

As demandas já soavam subversivas para o aparato repressor do regime, o que é evidenciado pelo monitoramento direcionado a esses congressos e a seus atos preparatórios. Em informe enviado para diversas instâncias de vigilância, como Sistema Nacional de Informações (SNI) e Coordenação Geral de Segurança (COSEG), solicitando que se tomem providências, é anexado um panfleto intitulado “Preparação para o I Congresso da Mulher Metalúrgica de BH e Contagem”. Neste documento, havia um convite para assistir a uma palestra cujo tema seria a participação das mulheres no sindicato. “Dirigiam-se à ‘companheira metalúrgica’ chamando-a para comparecer e ver ‘o quanto é importante para a mulher a sua participação na vida sindical, se irmanando ao homem e dando força à luta comum dos trabalhadores’” (DELLAMORE, 2019, p. 360).

Ao distribuírem panfletos entre as fábricas, convocando as companheiras para o sindicato, o número de mulheres nas assembleias começou a aumentar, mas a participação efetiva no sindicato ainda era um problema, já que a cultura era de certo desinteresse pelas questões políticas, além de terem que “lidar com dirigentes e ativistas sindicais homens, pouco abertos à participação feminina na entidade, com a pressão das fábricas sobre as trabalhadoras, pois a participação nessas atividades poderia levar à demissão” (DELLAMORE, 2019, p. 357). O trabalho das operárias ativistas era, portanto, longo e exigia disposição e resiliência.

Com essas mobilizações, as questões mais prementes ligadas ao cotidiano alinhavam-se às relacionadas à subjetividade e às demandas políticas, por meio das vozes

daquelas mulheres, trazendo à luz, no meio operário, a *cidadania feminina*, exercida de forma concertada, apesar das diferenças reais entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e mulheres, já que não pode ser ignorada a influência dos mais variados movimentos e suas tendências diversas. As mulheres já estavam fazendo história com o movimento feminista em reorganização e, também, no interior do movimento operário com seus sindicatos, partidos e associações. Da mesma maneira, as elas se faziam presentes e atuantes nos movimentos negro, homossexual e estudantil de então.

A despeito das diferenças, a *precariedade* era um elemento comum à luta por reconhecimento de todos esses grupos, passando pelo respeito social e pela redistribuição de recursos. Os movimentos que denunciavam a carestia e a pauperização da classe trabalhadora buscavam melhores condições de existência, mas também pelo que Judith Butler chama de reconhecimento e justiça social, aliados à perspectiva de que isto é parte de um projeto democrático radical (BUTLER, 2018b, p. 75).

Judith Butler caracteriza as vulnerabilidades impostas a grupos, pessoas e categorias, com todas as consequências que isso carrega, como um processo de *precarização*, que é “induzido e reproduzido por instituições governamentais e econômicas; esse processo adapta populações, com o passar do tempo, à insegurança e à desesperança” (BUTLER, 2018a, p. 21). A luta por reconhecimento, para a filósofa, passa por buscar alternativas que fujam à responsabilização individual ou do grupo por aquela condição, algo muito comum ao liberalismo e suas dinâmicas meritocráticas. Essa solução passa pelo coletivo, pela assembleia, que “desempenha o papel de uma forma provisória e plural de coexistência que constitui uma alternativa ética e social distinta da ‘responsabilização’”. A partir do distanciamento da individualização, mas sem descuidar das subjetividades, as assembleias “podem ser entendidas como versões nascentes e provisórias da soberania popular. Elas também podem ser consideradas lembretes indispensáveis de como a legitimação funciona na teoria e na prática democráticas” (BUTLER, 2018a, p. 22).

Apesar de Butler não escrever sobre o nosso objeto especificamente, pode-se dizer que sua reflexão sobre a precariedade contemporânea, que caminha com o neoliberalismo e com a atomização dos sujeitos, também contribui com a análise do que os planos econômicos e o aparato da ditadura podem ter provocado aos corpos precários de então. Ao asfixiar a classe trabalhadora, que já vivia com diversas privações, a política econômica do regime intensificou os obstáculos em relação ao reconhecimento e, em

última instância, à justiça social. Obviamente não se trata de equiparar o neoliberalismo do tempo presente com as políticas econômicas das décadas de 1970 e 1980. Pretende-se, com efeito, demonstrar que a precariedade, segundo a leitura de Butler, pode ser o elemento mediador e aglutinador entre pessoas, historicamente situadas, mas em tempos históricos distintos.

Se podemos admitir que as assembleias de trabalhadores e trabalhadoras durante a ditadura empresarial-militar eram ambientes legítimos de exercício de cidadania e garantiam a legitimação da soberania popular, ainda que repletos de contradições e diferenças, também conseguimos concordar que a coexistência plural desses sujeitos é que os apresentava como potencialmente capazes de romper com a precariedade ou lutar contra ela. Ainda assim, “essa afirmação de existência plural não é de forma nenhuma um triunfo sobre todas as formas de precariedade, embora ela articule, por meio de suas representações, uma oposição à precariedade induzida e às suas acelerações” (BUTLER, 2018a, p. 22).

O reconhecimento visto apenas como construção social, como algumas teóricas e alguns teóricos propõem³⁰, limita as possibilidades de reconhecimento, já que se dá a partir e no interior de um sistema normativo, que, como qualquer outro, produz expectativas. Desviar-se dessas expectativas, insurgindo-se contra as normas pré-determinadas, assim como fizeram as mulheres dos anos 1970 e, mais ainda as operárias daquela década e da seguinte, é se opor à precariedade induzida e intensificada, neste caso, pelos planos econômicos da ditadura e pelas empresas detentoras do grande capital, que, como resultado de tais projetos, cresciam às custas dos direitos das operárias e dos operários. É, ainda, buscar por reconhecimento e justiça social.

Butler, ao considerar o reconhecimento, o faz, também, por meio da tessitura entre as expressões *performatividade* e *precariedade*, termo já explicado. A primeira traduz-se na “característica dos enunciados linguísticos que, no momento da anunciação, faz alguma coisa acontecer ou traz algum fenômeno à existência”. Assim, os atos de fala têm o poder de “produzir uma nova situação ou de acionar um conjunto de efeitos”. Por meio da teoria performativa dos atos de fala e da linguística, a filósofa traça as linhas de uma teoria performativa de gênero, através da qual a designação do gênero e dos seus limites

³⁰ Vide FRASER, Nancy. Rethinking Recognition, *New Left Review*, 3, p. 107-120, 2000 e, da mesma autora Reconhecimento sem ética?. *Lua nova*, 70, p. 101-138, 2007.

é realizada de forma heterônoma por “um conjunto mais difuso e complicado de poderes discursivos e institucionais” (BUTLER, 2018a, p. 35-36).

Ao definir o gênero, tais poderes promovem, ainda a “inculcação lenta das normas”, informando “os modos vividos de corporificação que adquirimos com o tempo, e esses modos de corporificação podem se provar formas de contestar essas normas, até mesmo rompê-las” (BUTLER, 2018a, p. 36-37). Contestar as normas impostas e construir outras formas possíveis de existência, mesmo que a partir da corporificação que lhe foi imposta, para além de refutar a designação de gênero, também é se opor a tudo o que esse imperativo traz consigo. E é a partir desse argumento e dessa ruptura que a filósofa propõe as alianças entre várias minorias ou entre populações e pessoas consideradas descartáveis, o que pode se dar por meio de uma condição mediadora: a precariedade. Esta, como já se advertiu, aparece como característica comum induzida por instituições governamentais ou econômicas, assujeitando e subalternizando aquelas e aqueles que se encontram em lugares de desvantagem nas relações de poder. A precariedade, acelerada pelas prescrições econômicas, torna-se motor da luta por reconhecimento.

Com isso, Butler avança em relação à teoria do reconhecimento de Axel Honneth, que se desenvolve como uma teoria moral, pautada nas identidades entre sujeitos em busca de um ideal de vida boa e de justiça, e à de Nancy Fraser. Ao partir de Honneth, Fraser agrega à pertença a identidades pré-constituídas a redistribuição de recursos, bem como uma maior participação nos processos decisórios, ampliando a percepção de poder, de democracia e de justiça social na luta por reconhecimento. A paridade de participação nos espaços públicos e decisórios, para ela, pressupõe isegoria e distribuição equitativa de recursos, produzidas pelos padrões de valores culturais dessa sociedade. Ambos contribuíram para elevar e aprofundar os debates sobre o tema, desde Hegel³¹ (HONNETH, 2009; FRASER, 2000; FRASER, 2007).

A paridade na participação e a identidade são condições de possibilidade da luta por redistribuição e reconhecimento nessas teorias, e não o contrário, dificultando, na visão de Butler, o processo de transformação pela justiça, uma vez que ignoram as diferenças constitutivas e as de oportunidades, ou não as utilizam como atinentes aos sujeitos e à própria condição de existência. Assim, ela absorve parte dessa tradição e expande a interpretação, a partir de Foucault, por meio da ideia de que, nas relações de

³¹ A tradição hegeliana do reconhecimento exerce enorme influência sobre os três filósofos abordados, cada qual com suas nuances, especificidades e filiação filosófica.

poder, a precariedade se dá com o assujeitamento e a submissão. Corpos precários podem, então, se unir para expressar suas reivindicações, rompendo com as normas a eles impostas, não admitindo a condição que lhes são heteronomamente instituídas, estabelecendo novas formas de existência. Em outros termos, estão lutando pelo direito de existir e, conseqüentemente, pelo de aparecer na esfera pública.

As mulheres operárias no período ditatorial tinham em comum com as outras mulheres da militância, assim como com os homens operários, a precariedade, esta condição compulsoriamente infligida a seus corpos, por mais que se manifestassem de formas diferentes. Entretanto, as vozes dos homens eram audíveis, por mais que os sistemas de poder se negassem a atendê-las. A imprensa, mesmo a dominante, repercutia suas pautas em suas páginas; o governo, ainda que com narrativas enviesadas, também o fazia. Seria então necessário haver uma ruptura para que as vozes femininas fossem igualmente ouvidas e para que outras mulheres e homens se aliassem à luta por suas demandas e direitos. A mobilização que passou a se dar a partir da década de 1970 era verdadeira insurgência contra a performatividade a essas mulheres imposta.

As fronteiras dos corpos e das corporeidades não são ignoradas, mas utilizadas como propulsoras de suas ações no espaço público. Sua cor, sua raça, sua classe social e as vicissitudes que dela decorriam, municiavam suas reivindicações por uma existência digna, pleitos muito distantes dos do feminismo liberal, branco e eurocentrado. Os anos de chumbo e de privação provocaram, além de mortes, desaparecimentos e tortura, desmedida miséria. E, para Butler,

se queremos ampliar as reivindicações sociais e políticas sobre os direitos à proteção e o exercício do direito à sobrevivência e à prosperidade, temos antes que nos apoiar em uma nova ontologia corporal que implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social. (BUTLER, 2018b, p. 14)

A precariedade comum a esses corpos insurgentes foi capaz de impulsionar o exercício de uma cidadania diferente da dos homens e distinta, também, da dos operários, sem ignorar a tensão interna entre esses indivíduos e grupos. Isso porque essas tensões e diferenças converteram-se em ação política. As dessemelhanças de gênero, ao serem evidenciadas, e não escondidas ou ignoradas, revelam – e revelaram – os objetivos e a identidade do próprio movimento, fortalecendo a busca por reconhecimento.

A desigualdade social, a suscetibilidade à privação e à pauperização, a fragilidade dos seus direitos, a precariedade de seus corpos são os elementos comuns capazes de unir

peças de gêneros distintos numa mesma luta e, por outro lado, as diferenças entre gêneros são as propulsoras de novas lutas com características específicas, a partir dos mesmos movimentos. Segundo a interpretação de Carla Rodrigues sobre a política de alianças de Butler, as diferenças precisam ser levadas a sério e não seria possível o alcance de uma unidade completa, motivos pelos quais deveriam ser consideradas as “alianças contingentes, em que coexistem pautas específicas com a reivindicação de ampliação de direitos” (ANJOS; RODRIGUES 2022, p. 253).

Portanto, por meio dessa leitura, a luta por reconhecimento de mulheres operárias e de seus movimentos não exclui a da classe operária; ao contrário, tem o potencial de fortalecer a luta da categoria, uma vez que o desejo de reconhecimento é um elemento comum. Como Celi Pinto aponta, “para que se constitua a noção de justiça como motor das demandas, devem estar presentes as condições de emergência da experiência de dominação” (PINTO, 2016, p. 1074). E essas experiências são fartas na história das mulheres.

5. Considerações Finais: a cidadania feminina na classe operária como cidadania insurgente

Quando falamos sobre a produção de uma história agenerificada da mulher operária, referimo-nos a uma tentativa asséptica e universalizante de se contar a história da classe. Isso não é uma particularidade da ditadura empresarial-militar, mas da própria história das trabalhadoras e dos trabalhadores e do processo de industrialização do Brasil, atravessando também esse período ditatorial e intensificada com o autoritarismo político. Entretanto, essa história supostamente geral-agenrificada tem sexo, gênero e retrata, na verdade, um universal masculino, que exclui as mulheres, ignora as diferenças ou hierarquiza as suas peculiaridades. Com Margareth Rago, é possível entrever uma provável explicação, já que

a maior parte da documentação disponível sobre o universo fabril foi produzida por autoridades públicas, como médicos higienistas, responsáveis também pela definição dos códigos normativos de conduta; ou policiais, responsáveis pela segurança pública; por industriais, receosos das mobilizações operárias; e por militantes anarquistas, socialistas e, posteriormente, comunistas, preocupados em organizar e conscientizar politicamente o proletariado (RAGO, 2018, p. 579).

Se considerarmos que as concepções sobre o espaço das fábricas e a respeito das lutas para enfrentar as arbitrariedades ali existentes foram construídas por quem majoritariamente os ocupava ou, ainda, por quem predominantemente os regulava,

“significa que lidamos muito mais com a construção masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual”. Rago analisa a construção da identidade desta mulher desde o século XIX até o XX e ainda aponta que narrar essa história “significava retratar um mundo de opressão e exploração demasiada, em que elas apareciam como figuras vitimizadas e sem nenhuma possibilidade de resistência. Sem rosto, sem corpo, a operária foi transformada numa figura passiva, sem expressão política nem contorno pessoal” (RAGO, 2018, p. 579). Entretanto, o universo fabril brasileiro aponta momentos em que a mão de obra feminina era largamente utilizada (RAGO, 2018, p. 579), o que demonstra que, mesmo ocupando fisicamente esses espaços, às mulheres era negado o direito de aparecer e de reivindicar suas demandas.

Essa também é a razão pela qual falar em cidadania insurgente para referirmo-nos à cidadania feminina é, sobretudo, localizar o quadro conceitual da própria cidadania, que extrapola a noção corrente e legalista de acesso a direitos e cumprimento de deveres. Trata, sobretudo, de emancipação, uma vez que foge à própria lógica das teorias do reconhecimento tradicionais que se baseiam na síntese de identidades, ou no pertencimento a identidades pré-constituídas. Entender, com Butler, a luta por reconhecimento pela via da precariedade como elemento comum, partindo das diferenças e, até mesmo, ressaltando-as, é, em outros termos, admitir

a resistência a formas de sujeição não apenas como integrante da prática cidadã, mas também como sua fundadora, porque, ao ser insurgente, confronta-se com o regime de cidadania histórica dominante e com suas contradições em termos de violência e injustiça sob a democracia política (ou espaço público), uma vez que pode ultrapassar as instâncias formais de poder e as instituições (CARVALHO e LEMOS, 2021, p. 46).

Mesmo em regimes considerados democráticos é possível entender a cidadania como algo em construção, não completamente acabado, como parte de uma aprendizagem social, aberta às diferenças, dissonâncias e “disjunções de cidadania”, como denomina Holston. A democracia não é imune e nem infensa à violência e à injustiça, já que o projeto democrático não é totalizante e completo (HOLSTON, 2013, p. 397-399), e isso pode até dificultar a luta por reconhecimento, mas dela também é motor.

Na ditadura, as organizações de mulheres dentro e fora de suas categorias profissionais, partilhando das pautas de seus sindicatos ou expressando as suas próprias demandas, demonstram como a instabilidade democrática – se entendermos a democracia em sua totalidade – impulsionou suas lutas. E, desafiando as circunstâncias em que foram

colocadas, insurgem-se dentro do operariado, por suas reivindicações específicas ligadas à sua condição de gênero e, também, pelas lutas da classe.

Como buscamos demonstrar, esse situar-se de modo múltiplo e plural das mulheres, em pontos de intersecção de diferentes movimentações e movimentos, possibilitou uma reescrita da mobilização operária e da resistência à ditadura na medida em que essa cidadania feminina e feminista impôs novos enquadramentos para a luta pela democracia. Não seria exagero dizer que tal mudança de perspectiva implica, até mesmo, uma reescrita da própria história política brasileira, não se constituindo enquanto uma narrativa particular das mulheres, mas uma história de um país que permita a invenção de um novo universal, mais concreto e a partir da própria diversidade que nos atravessa e constitui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

ANJOS, Júlia; RODRIGUES, Carla. Luto, precariedade e o lugar do feminino: entrevista com Carla Rodrigues. *Revista Eco-Pós*, v.25, n. 2, p.238-258, 2022.

BRASIL MULHER. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher>. Acesso em 9 out. 2023.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018a.

_____. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Trad. De Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

CARVALHO, Nara; LEMOS, Tayara. Cidadania feminina: participação e representação política em meio às (in)flexões democráticas no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, Raoni Macedo; CASTRO, Felipe Araújo; SANTOS, Maria Clara Santos (Orgs.). *Crises da democracia: fissuras, impasses e perspectivas*. Mossoró: Edufersa, 2021.

CODATO, Adriano. *O processo decisório de política econômica na ditadura militar brasileira e o papel das Forças Armadas*. Conferência proferida no Laboratório de Estudos sobre Militares e Política/UFRJ, 2005. Disponível em <https://lemp.historia.ufrj.br/wp->

[content/uploads/2019/07/O_processo_decisorio_de_politica_economica.pdf](https://www.feminismos.neim.ufba.br/content/uploads/2019/07/O_processo_decisorio_de_politica_economica.pdf). Acesso em: 13 out. 2023.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record-Rosa dos Tempos, 1997.

CONSELHO DO PROJETO MEMÓRIA DA OSM-SP. *Investigação operária: Empresários Militares e pelegos contra os trabalhadores*. São Paulo: IIEP – Oposição Sindical metalúrgica de São Paulo, Projeto Memória, 2014.

DELLAMORE Batista Scarpelli, Carolina. *Forjando lideranças: comportamentos políticos e atuação no sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem durante a ditadura militar (1964-1985)*. Belo Horizonte: Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, 2019.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/188048.pdf>. Acesso em: 8 out. 2023.

FRASER, Nancy. Rethinking Recognition, *New Left Review*, 3, p. 107-120, 2000.

_____. Reconhecimento sem ética?. *Lua nova*, 70, p. 101-138, 2007.

FURTADO, C. O Brasil pós-“milagre”. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GORENDER, Jabob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987

GUEDES, Wallace Andrioli. Roberto Farias e a lógica do duplo-pensar no caso da censura ao filme Pra frente, Brasil. In: *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 28, p. 187-208, jan./jun. 2014. Acesso em 6 out. 2023.

HANISCH, Carol. *The personal is political*, 1969. Disponível em: <http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PersonalIsPol.pdf>. Acesso em 12 out. de 2023.

HIRATA, Helena, LOBO, Elizabeth; GITAHY, Leda; MOISÉS, Rosa. Operárias, sindicalização e reivindicações: 1970-1980. *Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 8, p. 90-116, jun. 1982.

HOLSTON, J. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade*. Tradução de Cláudio Carina. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2009.



MARQUES, Ana Maria; ZATTONI, Andreia Marcia. Feminismo e Resistência: 1975 – o centro da mulher brasileira e a revista veja. In: *História Revista*, Goiânia, v. 19, n. 2, 2014.

Mulheres. Memórias da Ditadura, [s.d]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>. Acesso em: 9 out. 2023

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e Cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

PEREIRA, Anthony. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Trad. Angela Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Celi Regina Jardim. O que as teorias do reconhecimento têm a dizer sobre as manifestações de rua em 2013 no Brasil. In: *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. especial 30 anos (1986-2016), p. 1071-1091, 2016.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Cia das Letras, 2021.

QUINALHA, Renan; LEMOS, Tayara. O neoliberalismo do tempo presente e a urgência de uma justiça de transição pós-neoliberal. *Projeto História*, São Paulo, v. 77, pp. 157-180, Mai.-Ago., 2023.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. In: *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, Dez. 2012.

_____. SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2. jul./dez 1995.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *História do Direito do Trabalho no Brasil: Curso de Direito do Trabalho*, v. I, parte II. São Paulo: LTr, 2017.

SOUZA, Miliandre Garcia de. Cinema novo: a cultura popular revisitada. In *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 38, p. 133-159, 2003.



RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 578-606.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A greve no masculino e no feminino: Osasco 1968. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. A Classe trabalhadora tem dois sexos. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Expressão Popular, 2021.

TELES, Maria Amélia. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*. Bauru, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014.

_____. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Alameda, 2017.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da Guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Público Mineiro Fundo Departamento de Ordem Política Social (Dops/MG)

Pasta 0016. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro, p. 94.

Pasta 0905. Fundo DOPS. Arquivo Público Mineiro. p.1-5.